



RELISE

PARTICIPAÇÃO DAS PEQUENAS EMPRESAS NA GERAÇÃO DE MASSA SALARIAL: REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI 2001-2010¹

Yure Emanuel de Melo Feitosa Araujo²

Maria Jeanne Gonzaga de Paiva³

Di Vlândia de Melo Feitosa Araujo⁴

José Ediglê Alcantara Moura⁵

RESUMO

Uma das principais funções das micro e pequenas empresas (MPE) tange à geração de renda, distribuindo-a, ao passo que interioriza o processo de crescimento econômico, e realimenta o processo de acumulação de capital. Assim, o objetivo central desta pesquisa é verificar a geração de massa salarial na Região Metropolitana do Cariri (2001 a 2010). Desagregando, secundariamente, a verificação por nível de empresa e setor de atividade (indústria, comércio e serviços). Ainda, verifica-se a renda *per capita* da região, buscando identificar se há desigualdade de renda por porte de empresa e setor de atividade. Sucintamente, esta pesquisa é classificada como sendo preponderantemente descritiva e quantitativa, utilizando dados secundários da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Os resultados mostram que as MPE ocupam parcela importante da economia, com destaque para o setor comercial, e que há desigualdade de renda tomando por base o porte de empresa e setor de atividade.

Palavras-chave: Micro e pequena empresa; Região Metropolitana do Cariri; Massa Salarial.

ABSTRACT

One of the main functions of micro and small enterprises (MPE) deals with the generation of income, distributing it, while internalizing the process of economic growth, and feeds the process of capital accumulation. Thus, the main objective

¹ Recebido em 21/10/2017.

² Universidade Regional do Cariri. genur@yahoo.com.br

³ Universidade Regional do Cariri. jeannepaiva@hotmail.com

⁴ Universidade Regional do Cariri. genur@yahoo.com.br

⁵ Universidade Regional do Cariri. genur@yahoo.com.br

Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, v. 3, n. 4, p. 90-117, jul-ago, 2018

ISSN: 2448-2889



RELISE

91

of this research is to verify the generation of salary mass in the Metropolitan Region of Cariri (2001 to 2010). Disaggregating, secondarily, the verification by level of company and sector of activity (industry, commerce and services). Also, the per capita income of the region is verified, trying to identify if there is inequality of income by size of company and sector of activity. Briefly, this research is classified as being predominantly descriptive and quantitative, using secondary data from the Annual Social Information Report (RAIS). The results show that the MPE occupy a significant part of the economy, with emphasis on the commercial sector, and that there is income inequality based on the size of the company and the activity sector.

Keywords: Micro and small enterprise; Metropolitan Region of Cariri; Wage Mass.

INTRODUÇÃO

Têm-se dado ênfase às pequenas empresas nos últimos anos, acompanhando uma tendência pós década de 1980, quando o país enfrentou um período de crise a partir das consequências da elevação da taxa de juros pelas crises do petróleo de 1973/79, e as pequenas empresas passaram a ser uma alternativa na absorção de mão-de-obra, e geração de renda, passando a ter crescimento na participação da economia.

Não obstante, considerando que a média de crescimento econômico do PIB – Produto Interno Bruto – do Brasil nos anos do governo Dilma (2011-2013), este se elevou a uma média inferior ao período Lula (2003-2010), e tendo por principal responsável o inexpressivo crescimento da produtividade total dos fatores de produção (BARBOSA, 2013) a projeção do Instituto Brasileiro de Economia – IBRE – (2013, p.6) é que “a produtividade do trabalho terá que ganhar prioridade na agenda nacional se o Brasil quiser crescer pelo menos ao ritmo modesto das últimas décadas”. Desta forma, “não será mais possível crescer sem melhorar a produtividade” (*ibidem*). Aqui entram as pequenas empresas.

Alguns fatores considerados para elevar a produtividade com participação das pequenas empresas são: dar continuidade ao processo de



RELISE

92

formalização do mercado de trabalho, e a transferência/absorção de camponeses da agricultura tradicional para outros setores mais produtivos, além da absorção de tecnologia e racionalização do processo produtivo. Neste sentido é necessário que o Governo reduza os custos de observância da legislação, melhore o ambiente de negócios em geral, e diminua os custos de investimento em infraestrutura (IBRE, 2013).

Assim, conforme Coutinho (2013, *apud* MACHADO e PIRES, 2013, p.1) as pequenas empresas ajudarão o país a crescer a 4%, sabendo que “a missão atual do banco de fomento é apoiar a inovação tecnológica, o desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento regional. Além disso, os aportes em MPMEs são o núcleo dessa estratégia”.

Introduzida a discussão, objetiva-se com a pesquisa verificar a geração de massa salarial na RMC entre 2001 e 2010, considerando que a geração de renda é um fator de suma importância para o crescimento da região, para realimentar o processo de acumulação. Para tanto, desagrega-se o objetivo geral na abordagem da geração de massa salarial por nível de empresa e setor de atividade (indústria, comércio e serviços). No demais, ainda verifica-se a renda *per capita* da região, buscando identificar se há desigualdade de renda por porte de empresa e setor de atividade.

Assim, as partes constitutivas deste artigo além desta introdução abordam: a metodologia utilizada, dando informações sobre a região em estudo, seguido do referencial teórico que aborda, sucintamente, devido os limites de páginas, os avanços na legislação para o apoio ao tecido empresarial de micro e pequenas empresas, enfatizando a tendência de que o fortalecimento das MPE é importante para o crescimento econômico do país, além de tecer um resumo do empreendedorismo brasileiro a partir de pesquisa da GEM (2012), e da queda de mortalidade das empresas brasileiras. Além de discorrer sobre algumas contribuições das MPE para o crescimento e



RELISE

93

desenvolvimento do país, com ênfase na distribuição e geração de renda. No que concerne ao desenvolvimento, há as contribuições tidas como indiretas e aqueles que defendem o papel das MPE em fomentar desenvolvimento, contudo a nível local. Na quarta parte mostram-se os resultados e discussão dos dados. Por fim, as conclusões e referências.

METODOLOGIA

Sucintamente, esta pesquisa é classificada como sendo preponderantemente descritiva e quantitativa, utilizando além de análise descritiva, tabular e estatística. Os dados utilizados são de origem secundária, extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), por acesso *online* ao *site* do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que subsidia informações do mercado formal brasileiro em 31 de dezembro de cada ano.

A principal variável investigada é a massa salarial, calculada a partir da remuneração média mensal nominal gerada na Região Metropolitana do Cariri (RMC) multiplicada por doze (método recomendado na descrição da variável para cálculo da massa salarial total anual). Dividido o montante da massa salarial anual pelo total de trabalhadores chegou-se ao rendimento *per capita* nominal, considerado aqui como renda *per capita*. Ademais, conforme o DIEESE (2011, p. 190) “integram à remuneração, ordenados, vencimentos, honorários, vantagens, gratificações etc. (excluído 13º salário)”.

Contudo, é necessário salientar que excluísse das análises conceitos como exploração do homem pelo homem, bem como mais-valia. Portanto, deve-se entender, quando se fala de geração de emprego e salário, que é um ato de benevolência dos empresários.

Para classificar o porte das empresas utilizou-se o critério desenvolvido pelo SEBRAE a partir do número de empregados, que está expresso na tabela 1.



RELISE

94

Tabela 1 - Classificação das MPE segundo o número de empregados

Porte/ Setor	Indústria	Comércio e Serviços
Micro	Até 19	Até 9
Pequenas	De 20 a 99	De 10 a 49
Médias	De 100 a 499	De 50 a 99
Grandes	500 ou mais	100 ou mais

Fonte: SEBRAE. Elaboração: própria

Ressalta-se que a RMC apesar de sancionada em 29 de junho de 2009 pela Lei Complementar Estadual nº 78, conforme o deputado estadual Camilo Santana (2013), a região ainda encontra-se em processo de institucionalização, com esforço estadual no planejamento regional da mesma. Complementarmente, sua criação se dá na segunda etapa do processo de metropolização no Estado brasileiro, a partir da Constituição de 1988, “que facultou aos Estados Federados a competência de institucionalização de suas unidades regionais”, desencadeando “um contínuo ciclo de institucionalização de novas unidades regionais, com diferentes portes de população, considerando até pequenas aglomerações urbanas, e quase sempre classificado-as como metropolitanas” (MOURA *et al*, 2009, p. 5 e 6).

Desta forma, Bacelar (2013) ressalta que as “novas” regiões metropolitanas não seguem a tendência de grandes conglomerados humanos e econômicos, mas que surgem em um momento de desconcentração territorial e de crise do Estado (pós década de 1980), com ênfase no crescimento das cidades de médio porte (aquelas em número de habitantes entre 500 mil e 1 milhão), onde os Estados as criam mesmo sem ter características de uma região metropolitana.

A RMC está localizada no sul do Estado do Ceará, seus municípios são conhecidos pelo imenso acervo cultural e histórico, rico em recursos hídricos, comporta, por exemplo, um dos maiores museus de paleontologia do mundo, além de ser um centro turístico religioso, com grandes potencialidades naturais e paisagísticas. É formada por nove municípios, sendo os principais os



RELISE

95

municípios de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha. Além destes, Missão Velha, Jardim, Caririaçu, Nova Olinda, Santana do Cariri e Farias Brito.

A economia da região em 2010 gerou um PIB de R\$ 3.823.119.000,00, com participação de 77,83% do setor de serviços (comércio/serviços), 19,33% indústria e agropecuária 2,84% (entre 2001 e 2010 observa-se retração na participação relativa da agropecuária na região, com perda de 1,38%, e crescimento de 0,22% da indústria e 1,16% dos serviços). Não obstante apresenta uma quantidade de 60,66% de domicílios urbanos, e uma população de 564.478 mil habitantes, distribuídas em 5.460 Km², sendo que 74,59% são alfabetizados, com média de rendimento mensal de 1,46 salários mínimos. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região é de 0,642 (IBGE, 2013).

O centro econômico da RMC é a cidade de Juazeiro do Norte, responsável por 51,27% do PIB, 44,28% do número de habitantes, dos quais 76,73% são alfabetizados, e ocupando uma extensão territorial de 4% da região. Além disso, sua urbanização é de 96,1%, com IDH de 0,694. No demais, a região apresenta um crescente nível de conurbação entre as cidades de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha (juntas representam 85,29% do Produto Interno Bruto-PIB, 75,59% da população, ocupando uma área territorial de 35% da região), tendo um isolamento relativo das demais cidades na economia (IBGE, 2013).

REFERENCIAL TEÓRICO

Nos últimos anos, têm-se enfatizado o papel das pequenas empresas na economia brasileira, com avanços nítidos na legislação voltada ao segmento⁶, por exemplo, na criação da Lei Complementar nº 123 (de 14 de

⁶ “As mudanças que temos vivenciado no nosso país, no contexto das políticas em favor dos Pequenos Negócios, têm proporcionado uma verdadeira revolução no ambiente desses empreendimentos. São exemplos, a criação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas em 2006, a implantação do Microempreendedor Individual (MEI) em 2009, e a ampliação dos limites de faturamento do Simples Nacional em 2012”. (SEBRAE, 2013, p. 4).

Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, v. 3, n. 4, p. 90-117, jul-ago, 2018



RELISE

96

dezembro de 2006), mais conhecida por Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e mais recentemente a criação da Secretaria da Micro e Pequena Empresa através da Lei nº 12.792, de 28 de março de 2013, que institui a formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes e de fortalecimento, expansão e formalização, além de programas de incentivo e promoção de arranjos produtivos locais e de promoção do desenvolvimento da produção, programas e ações de qualificação e extensão empresarial, promoção da competitividade e inovação, além de coordenar e supervisionar os Programas de Apoio às Empresas de Pequeno Porte e articular e incentivar a participação de empresas deste porte nas exportações brasileiras.

Deste modo, como ressalta Neto *et al* (2013, p. 15): Parece haver um consenso de que o crescimento do país está condicionado ao fortalecimento das pequenas e médias empresas. De fato, os números relacionados ao empreendedorismo no Brasil estão melhorando significativamente de alguns anos para cá.

Não obstante, um resumo do empreendedorismo do Brasil, a partir de pesquisa da GEM (2012), caracteriza-o como: A maioria (69,2%) sendo por oportunidade (em 2002 estes representavam 42%); 98,9% lidam com conhecimentos que ninguém considera novo (todos os entrevistados afirmaram que a idade da tecnologia ou processos é superior a cinco anos). Além disso, o perfil dos empreendedores iniciais é: maioria do gênero masculino (50,4%); faixa etária de 25-34 anos (33,8%); possui segundo grau completo (36,9%); e possuem uma faixa de renda de 3 a 6 salários mínimos (47,9%) e de menos de 3 salários mínimos 47,1%. Já o perfil dos empreendedores estabelecidos, com mudança no perfil de idade, escolaridade e faixa de renda, é, em sua maioria,



RELISE

97

do gênero masculino (56%); tem idade entre 35 e 44 anos (29,8%); possuem primeiro grau incompleto (30,7%); e possuem uma faixa de renda de menos de 3 salários mínimos (48,5%). Ainda,

30,2% dos indivíduos adultos da população eram empreendedores iniciais ou estabelecidos. Esta estimativa nos remete a 36 milhões de brasileiros de 18 a 64 anos envolvidos na criação ou administração de algum tipo de negócio. Isto significa que mais de 30% da população brasileira, entre 18 e 64 anos, está envolvida com empreendedorismo, demonstrando a importância econômica e social do tema e a necessidade de ações governamentais ou não governamentais para sua consolidação (GEM, 2012, p. 10-11).

A pesquisa supracitada evidencia que percentuais acima de 80% mostram o alto prestígio que a carreira empreendedora vem obtendo junto à população, no que concerne a afirmação que aqueles que alcançam sucesso ao iniciar um novo negócio têm status e respeito perante a sociedade (84,8%) e que a maioria das pessoas considera o início de um novo negócio como uma opção desejável de carreira (88,1%), além disso, 43,5% da população adulta tem o sonho de ter seu próprio negócio. Para tanto, a grande maioria dos entrevistados, 82,2%, não procura a ajuda de órgãos de apoio, o que é preocupante. Em relação aos órgãos de apoio pesquisados, o SEBRAE se destaca, sendo citado por (apenas) 13% dos entrevistados.

Dadas as taxas de mortalidade de empresas serem altas, nos dois primeiros anos de abertura do empreendimento, apesar deste índice ter apresentado queda ao longo dos anos, passando de uma taxa de sobrevivência de 73,6% em 2005 para 75,6% em 2007 - para todos os segmentos de empresas - (SEBRAE, 2013) – e nas micro e pequenas empresas a taxa de sobrevivência ter passado de 51% em 2002 para 78% em 2005. (SEBRAE, 2007) a não procura por auxílio a órgãos, para o desenvolvimento do estabelecimento, representa um risco substancial para o mesmo.



RELISE

98

Muito embora a melhoria na taxa de sobrevivência dos empreendimentos no Brasil, conforme estudo citado seja atribuído, sobretudo, a melhorias no âmbito dos negócios (com a tendência à melhora na legislação em favor das MPE), bem como à evolução das características dos próprios empreendedores brasileiros (aumento da escolaridade e dos esforços de capacitação), e nisto, mesmo que de forma indireta, há papel relevante dos órgãos de apoio, apesar de suas fragilidades.

Desta forma, a manutenção e crescimento do tecido empresarial brasileiro são de fundamental importância para o crescimento da economia, dado que, e considerando o papel das MPE, contribuem para:

O combate à pobreza, melhor distribuição de renda, redução da informalidade, fortalecimento do tecido social e econômico, interiorização do desenvolvimento, são agentes de inclusão de equilíbrio social e econômico, com papel central à inovação tecnológica e competitividade. Portanto, seu fortalecimento contribui em temas cruciais da agenda nacional, tornando-as instrumentos de destaque para as políticas de estado, sobretudo para o desenvolvimento sustentável local, baseado na eficiência e equidade. (SPÍNOLA, 2010, *apud* ARAUJO e PAIVA, 2013).

É necessário, portanto, conforme Bar-EI (2005) ao propor um modelo de desenvolvimento econômico regional para redução da pobreza e desigualdade no Ceará, um projeto especial de consultoria para as pequenas e médias empresas, sobretudo para as primeiras, que não contemple apenas questões específicas de consultoria (comercialização e administração), mas se ajuste à demanda do mercado, inerentes aos problemas que emanam da transição de uma região basicamente agrícola rural para estruturas econômicas não agrícolas semelhantes às urbanas, haja vista a dificuldade das áreas periféricas de realizar ajustes estruturais para acomodar o crescimento econômico (sobretudo por possuir habilidades inadequadas e não ter informações à disposição), o que implica em diferenças econômicas regionais, desemprego e migração aos centros metropolitanos. Assim, as empresas deste porte, em áreas rurais ou pequenas cidades, representam papel importante no



RELISE

99

processo de desenvolvimento econômico, considerando que absorvem a mão-de-obra em excesso da agricultura e levam a transição para o emprego não agrícola.

Neste sentido, parte-se de uma situação onde a pequena empresa contribui significativamente à economia local, regional, e ao crescimento econômico nacional. No qual geram emprego e riqueza, além de regenerar a economia. Criam novas fontes de renda, utilizam meios de produção não explorados, incentivando o empreendedorismo local, com um multiplicador local e regional elevado. No demais, tendem a demandar serviços, suprimentos e capitais de empresas locais, o que propicia uma disseminação positiva na economia local, apresentando menos vulnerabilidade do que estabelecimentos que não tem nenhuma lealdade à comunidade local e que são influenciados por decisões externas (WINDERS, 2000; HENDERSON *et al.*, 2000 *apud* BAR-EL, 2005).

Concomitantemente, dá-se ênfase à distribuição de renda, do qual as MPE participam ativamente, sendo tanto beneficiadas por políticas públicas que melhoram a repartição do produto total gerado pela economia⁷, como a potencializa. Ou seja, são beneficiadas por políticas públicas de distribuição de renda, ao passo que aumentam a amplitude de sua distribuição, sendo inclusive instrumentos catalizadores.

Ressalta-se, quanto à distribuição de renda, que esta tem papel fundamental ao desenvolvimento econômico e à diversificação do consumo, ao passo que, determina a escala de preferência dos agentes econômicos, além de realimentar o processo de acumulação de capital e determinar a

⁷ “O crescimento da renda e sua melhor distribuição, e a redução das desigualdades regionais aumentam o poder de consumo das classes menos favorecidas, o que aumenta a demanda por bens de salário e, conseqüentemente, favorece a produção das MPE” (COUTINHO, 2010, p.2).



RELISE

100

repercussão das decisões, das quais, as inerentes ao consumo, produção e investimento⁸ (FURTADO, 1968, *apud* LACERDA, 2013).

Limitando-se, tão somente, aos dois primeiros centros de decisões – consumo imediato e produção – e considerando que “o aumento das remunerações provoca, nos consumidores, reações tendentes a modificar a estrutura da procura”, haja vista que “é fato comprovado pela experiência que a procura tende a modificar-se, no sentido da diversificação, sempre que se eleva o salário real médio” e que “a forma como evolui a procura é, portanto, fator fundamental na orientação das novas inversões” então as pequenas empresas tem papel fundamental na economia quanto à geração de renda, integrando-se na cadeia produtiva, diversificando-a, e quando assume o centro majoritário de crescimento da renda os incrementos nesta assumem “a forma de salários e remunerações a pequenos proprietários, em sua quase totalidade. A diversificação da procura alcança o seu máximo, no sentido de que os gastos totais em consumo crescem com o máximo de rapidez” (FURTADO, 1968, p.92,96,95,95-96).

Paulatinamente este processo induz o crescimento econômico, elevando a demanda por mão-de-obra e a massa salarial total. Não obstante, a diversificação da procura por bens tenderá a elevar os preços em certos setores atraindo novos investimentos (FURTADO, 1968).

Destarte, pretendeu-se nos parágrafos anteriores enfatizar o papel das pequenas empresas na geração e distribuição de renda e quais os efeitos deste aspecto na economia. A saber, com notória repercussão no crescimento econômico. Para tanto, além das repercussões inerentes ao crescimento

⁸ A primeira destas, relacionada “ao consumo imediato e que pode ser parcialmente poupada [...] constituem a substância da teoria do comportamento do consumidor”. A segunda, é alvo da teoria da produção “relacionadas com a transformação de um conjunto de recursos econômicos em um outro conjunto de recursos considerados mais raro”. A terceira, relacionada “com a alocação do produto não destinado ao consumo imediato e que deve ser utilizado para expandir a capacidade produtiva”. A relação das três compoem a teoria do desenvolvimento (FURTADO, 1968, p.84).



RELISE

101

econômico, deve-se considerar o papel das micro e pequenas empresa no processo de desenvolvimento econômico. Porém, não é o estudo específico dessas empresas, ou do aumento de produtividade nesta ou naquela empresa o que interessa em uma teoria do desenvolvimento, e sim uma teoria macroeconômica da produção, como alude Furtado (1968)⁹. Mas qual o papel das MPE no processo de desenvolvimento?

O próprio Furtado considera que “o aumento da produtividade física no plano da empresa, pelo fato de que se baseia, quase sempre, na incorporação de novas técnicas e contribui para liberar mão-de-obra, é fenômeno de grande importância no processo de desenvolvimento” (FURTADO, 1968, p.7). Assim, processos que modificam a estrutura técnica de produção no plano microeconômico contribuem para o processo de desenvolvimento, em alguma instância. Corroborado, inclusive, na teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter (1985), no qual o empresário seria o responsável de realizar este processo através de novas combinações, ou inovações que alteram “a ordem econômica vigente” (Neto *et al.*, 2013, p. 20), propiciando uma destruição criativa.

Conforme Schumpeter (1985), este processo ocorreria em cinco etapas, não se pretende enumerá-las, apenas de forma sucinta, mas o processo se iniciaria na introdução de um novo bem pelo empresário, depois de um novo método de produção, a abertura de um novo mercado, conquista de nova fonte de oferta de matéria-prima e por fim o estabelecimento de uma nova organização, estabelecimento de posição de monopólio ou fragmentação deste. Assim, o processo iniciado por um empresário terminaria com a imitação de suas técnicas, no qual perderia sua posição de monopólio. Neste processo

⁹ “O aumento de produtividade econômica no plano da empresa significa, algumas vezes, apenas aumento de lucros para o empresário, sem qualquer repercussão na renda global. Não se deve, portanto, confundir aumento de produtividade – no plano microeconômico – com desenvolvimento, o qual dificilmente se poderia conceber sem elevação da renda real *per capita*” (FURTADO, 1968, p. 7).



RELISE

102

a técnica avançaria, crescendo a produtividade física total a partir do plano da empresa¹⁰.

Para tanto, Martinelli e Joyal (2004) vislumbram as contribuições das MPE no desenvolvimento econômico, sobretudo, no âmbito local, que ocorreria nas seguintes etapas: 1 - Criação de instituições para o desenvolvimento territorial, com a participação negociada dos gestores públicos e do setor privado. 2 – Impulsionando iniciativas empresariais inovadoras. 3 – Melhorando a capacitação da força de trabalho local. Tudo isto, sob o prisma das pequenas e médias empresas locais, em conjunto com os atores locais, instituições, na busca da melhoria de vida das pessoas (desenvolvimento humano) e da sociedade como uma todo (desenvolvimento social), com preocupação no presente e futuro (desenvolvimento sustentável).

Assim, através de estímulos no desenvolvimento das pequenas empresas, buscando produzir mais e melhor, o conjunto local pautando-se no esforço de viabilizar a vida e o bem estar das gerações do presente e futuras, além disto, buscando distribuir de maneira mais equitativa os benefícios obtidos pelo crescimento econômico, e viabilizando o acesso da população à riqueza gerada, ao conhecimento desenvolvido, ao poder e participação nas decisões das esferas públicas em todos os níveis, tudo isto pautado na cooperação, pode-se fomentar desenvolvimento a partir das MPE (MARTINELLI e JOYAL, 2004)¹¹.

Contudo, a crítica deste modelo de desenvolvimento, a partir de Almeida (2010, p. 9), diz que:

¹⁰ A principal crítica a este processo é que negligencia o processo de acumulação de capital (*Ibidem*).

¹¹ Citam que: “Alguns autores chegam ao extremo de afirmar que não existe um desenvolvimento local (não só porque o desenvolvimento é sempre articulado aos processos mais gerais, mas porque a incorporação crescente de novos espaços subordinados a lógica do centro dominante é da natureza específica das sociedades capitalistas). Neste sentido, a ideia de estimular o desenvolvimento local seria ingênua e não efetiva na prática”.

Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, v. 3, n. 4, p. 90-117, jul-ago, 2018

ISSN: 2448-2889



RELISE

103

O desenvolvimento local é mais uma das expressões construídas pelo capitalismo como resposta teórica-social e ide-política para suas crises – agravadas pela reestruturação produtiva, pós anos 1970 em todo o mundo. Assim, o desenvolvimento local vem para atender aos interesses neoliberais.

De qualquer forma, considera-se que as pequenas empresas tenham um papel fundamental no processo de crescimento econômico, ficando sob a dependência de relações institucionais (mesmo que o Estado Moderno seja parte integrante do sistema capitalista e contribui para a defesa de interesses de classes, e para a exploração do homem pelo homem, mesmo que não se apresente como tal), seja a nível local ou mundial para fomentar um processo de desenvolvimento, de acumulação de capital, etc, sendo parte integrante deste processo, mesmo que de forma limitada. No demais, o item a seguir pretende analisar o crescimento da massa salarial gerada na Região Metropolitana do Cariri, tendo por hipótese que este processo contribua de forma relevante para o crescimento da região.

DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

As pequenas empresas representam uma parcela importante na economia da Região Metropolitana do Cariri, considerando que computam um total de 97,72% do total de empreendimentos, 63,43% dos postos de trabalho e 55,34% da massa salarial¹² total entre 1995 e 2010, em média. Ademais, as características dos empregados neste porte de empresa, no período

¹² Reitera-se que os dados referentes à massa salarial neste trabalho foram calculados – de forma indireta – a partir da quantidade de trabalhadores por faixa salarial, tecendo uma média de cada intervalo (faixa salarial) e multiplicando pelo salário mínimo vigente em cada ano, chegando ao rendimento médio em cada intervalo. Após isto, os resultados encontrados foram multiplicados pelo número de empregados de cada intervalo. Somando-se tudo se encontrou a massa salarial total de cada ano. Em suma, a metodologia mostra-se limitada, apesar de expressar um esforço dos autores para extrair resultados a serem mensurados por comparação relativa em nível de porte de empresa e por setor de atividade. Salienta-se, contudo, que no presente artigo a metodologia usada tange ao rendimento médio nominal multiplicado por 12, para mensuração da massa salarial anual (método indicado pela RAIS nas informações das variáveis do sistema online de extração dos dados).



RELISE

104

supracitado, são: a maioria concentra-se no setor comercial (40,08%) – setor este que também representa a maioria dos micro e pequenos empreendimentos (54,73%) – é do gênero masculino (59,12%) – porém, o setor de serviços emprega maior número de mulheres (54,98%), e o industrial a maior concentração de homens (75,13%) – além disso, do total de empregados 72,36% tem idade entre 18 a 39 anos e 84,28% tem rendimento de até 2 salários mínimos – salienta-se que o rendimento *per capita* nominal no setor de serviços é superior 56,37% ao rendimento médio *per capita* do setor comercial e 45,20% em relação ao setor industrial. No demais, a maioria dos trabalhadores tem nível médio completo (45,25%), observando-se, ainda, melhora no grau de instrução dos trabalhadores empregados nas MPE ano a ano – o setor industrial possui a menor média de trabalhadores com menor grau de instrução, e o setor de serviços a maior média (ARAUJO; PAIVA, 2012).

Não obstante, os dados, considerando a geração de massa salarial, indicam que, no agregado (considerando os setores industrial, comercial e prestação de serviços) a RMC gerou em média R\$ 174.052.524,84 anuais entre 2001 e 2010, obtendo um crescimento de 39,36% a.a. Destacando-se o setor de serviços, responsável por 58,58% do total, em média (sendo 24,75% o setor industrial e 16,67% o setor comercial), e o setor comercial pelo maior crescimento do período, 46,95% a.a. (inclusive com crescimento na participação relativa de 2,37%, o setor industrial cresceu a 40,73% a.a. e os serviços a 37% a.a.). (TABELA 2).

Tudo isto consubstancia que na RMC prepondera atividades intensivas em trabalho – característica esta inerente ao Nordeste, ainda, voltada preponderantemente para o mercado interno (SEBRAE, 2009) – ademais, considerando que os setores comerciais e prestação de serviços formam



RELISE

105

61,70% do total de empreendimentos e 83,39% do total de empregados da região (média entre 2001 e 2010). (GRÁFICO 1).



Gráfico 1 - Participação relativa (%) do número de empresas e empregados por setor de atividade na região metropolitana do cariri entre 2001 e 2010.

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração: Própria.

Tabela 2 - Massa Salarial Anual Gerada em Reais (R\$), por porte de empresa e setor de atividade, na Região Metropolitana do Cariri entre 2001 e 2010.

ANO		2001	2002	2003	2004	2005
MPE	Total	63.847.021,32	75.202.755,00	88.293.018,60	97.300.412,16	111.747.216,12
	Indústria	17.536.416,36	20.644.073,04	23.224.811,04	25.704.657,24	28.672.764,84
	Comércio	20.224.873,80	24.618.266,04	29.843.789,76	33.691.685,52	41.398.130,28
	Serviços	26.085.731,16	29.940.415,92	35.224.417,80	37.904.069,40	41.676.321,00
MGE	Total	75.942.617,88	101.370.071,88	118.663.094,52	135.866.187,72	148.933.455,48
	Indústria	13.491.804,60	28.446.387,00	30.826.786,56	36.244.903,80	36.588.471,48
	Comércio	1.247.168,64	1.173.364,20	3.998.352,84	5.542.841,64	10.000.787,64
	Serviços	61.203.644,64	71.750.320,68	83.837.955,12	94.078.442,28	102.344.196,36
MPE	Total	131.611.485,24	150.414.392,40	175.204.412,76	203.181.189,12	246.606.870,84
	Indústria	35.058.543,36	42.789.883,44	50.243.773,80	58.917.313,68	70.737.474,72
	Comércio	48.176.277,96	54.682.100,88	64.573.666,08	75.040.978,92	93.671.108,04
	Serviços	48.376.663,92	52.942.408,08	60.386.972,88	69.222.896,52	82.198.288,08
MGE	Total	191.535.121,92	246.369.567,60	288.042.344,52	387.592.340,40	443.326.921,32
	Indústria	48.575.652,72	55.594.054,92	58.445.380,56	75.732.284,52	86.671.769,52
	Comércio	6.821.100,48	9.956.403,36	13.236.228,96	19.722.986,64	28.622.029,32
	Serviços	136.138.368,72	180.819.109,32	216.360.735,00	292.137.069,24	328.033.122,48

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração Própria.

Dada a baixa produtividade – considerada a das grandes empresas – as pequenas empresas tendem a ser mais intensivas em fator trabalho, e ocupar atividades que requerem menor inversão de capitais. Neste sentido, “as pequenas empresas são responsáveis pela grande maioria dos empregos e com um mínimo de produtividade, se comparadas com a grande empresa.



RELISE

106

Prova-se, assim, que esse é o melhor dos mundos possíveis, o mundo que cria empregos quando não há mais trabalho” (LEONEL, 199?).

Assim, apesar das fragilidades, no que se referem à baixa produtividade, as MPE da RMC são um importante fator de geração de renda, considerando que do total da massa salarial gerada na região 40,21%, em média, foram por seu intermédio (MPE), sendo 59,79% pelas MGE (médias e grandes empresas) (TABELA 2).

Ressalta-se que as grandes empresas foram as maiores geradoras de massa salarial durante o período em estudo, inclusive com crescimento na participação relativa de 12,88 pontos percentuais, quando passou de 37,72% em 2001 para 50,60% em 2010 - resultado de um crescimento de 56,21% a.a. – tendo as micro, pequenas e médias empresas um decréscimo na participação relativa, respectivamente de 2,10%, 7,83% e 2,95%. Para tanto, lograram crescimento, na ordem de 33,08% a.a., 26,09% a.a. e 30,58% a.a. No demais, chama atenção a participação das pequenas e micro empresas no total da massa salarial gerada, que respectivamente representam em média 24,52% e 15,69%, acima das médias empresas (13,87%) (TABELA 2).

Conclui-se a partir destes resultados que há necessidade de políticas públicas específicas de apoio às micro e pequenas empresas da região, sobretudo na (total) implementação das emendas da lei geral municipal, em cada cidade¹³ que constitui a Região Metropolitana do Cariri, dado que, com crescimento anual de 24,55% do PIB entre 2002 e 2010 da região (IPECE, 2012) resultou na atração de grandes empresas para a região em busca dos fluxos de renda, como, por exemplo, as empresas multinacionais dos grupos *Wal-Mart*, *Carrefour*, *Casino* (Pão de Açúcar), redes internacionais de lanchonetes, *McDonald's*, *Subway*, *Giraffas*, *Bob's*, rede de vestuário *C&A*, e as nacionais como, *Americanas*, *Centauro*, *Riachuelo*, *Marisa*, *Polishop*, dentre

¹³ Ressalta-se que cada cidade possui sua lei geral municipal, de forma que os municípios que constituem a RMC não possuem uma homogeneização dos artigos que integram a referida lei.

Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, v. 3, n. 4, p. 90-117, jul-ago, 2018



RELISE

107

outras. Tudo isto, culminando no aumento de concorrência entre os capitais locais e externos, nos quais as pequenas empresas necessitam de tratamento diferenciado para redução dos riscos de mortalidade (bem como para minimizar o escoamento da renda gerada na região).

Concomitantemente, este aspecto é notório no setor comercial (crescimento da concorrência), se observado que o setor é preponderantemente formado por micro empresas (média de 90,24% do total entre 2001 e 2010) e que o número de grandes empresas tem aumentado na região (com média de 2,11 grandes empresas entre 2001 e 2009, e de 10 empresas deste porte no ano de 2010). Considerando, ainda, que conforme o gráfico 2 (1º quadrante) há relação inversamente proporcional na participação relativa entre micro e grandes empresas no setor comercial na geração de massa salarial. Isto implica - apesar do crescimento da massa salarial pelas micro empresas apresentar tendência exponencial e não decresça com o crescimento da massa salarial pelas grandes empresas (que apresentou oscilação entre crescimento e decréscimo entre 2001 e 2006, e crescimento até 2010 (TABELA 2) seguindo a tendência de abertura e fechamento das empresas deste porte – que o crescimento da participação relativa na geração de massa salarial das grandes empresas não apenas culmine no decréscimo na participação relativa das micro empresas, mas que possa ocorrer no longo prazo o fechamento de postos de trabalho nas micro empresas dado o crescimento do emprego e do número de grandes empresas, considerando o acirramento do mercado pela concorrência.

Em suma, espera-se o crescimento da concorrência entre as micro e grandes empresas do setor comercial na RMC o que pode acarretar num fechamento em massa de micro empresas, dadas suas fragilidades, mas o que se observa no dia-a-dia é que as grandes empresas varejistas passam a ser os fornecedores das micro empresas (principalmente à medida que estas situam-



RELISE

108

se nas cidades mais distantes do centro econômico da RMC), considerando que muitos dos empreendedores deste porte compram suas mercadorias nestas empresas e revendem no mercado (sobretudo os empreendedores individuais), considerando que as grandes empresas varejistas instaladas na região oferecem um preço baixo. Ainda observa-se que as micro empresas tendem a ocupar parte do mercado na venda de produtos do qual as grandes empresas não dispõem (por exemplo: miudezas de plástico). De qualquer forma, reitera-se a necessidade de políticas específicas municipais para fortalecimento das micro empresas comerciais (como um todo), melhoria da qualidade e gestão, para diminuir os riscos de mortalidade, auferindo ganhos em competitividade, haja vista que ocupam parte considerável da economia.

Não obstante, recorrendo a uma longa citação de Mankiw (2008, p.176), porém, necessária, sobre a destruição criativa de Schumpeter, temos que:

Um exemplo mais recente de destruição criativa diz respeito à Wal-Mart, gigante de vendas no varejo. Embora a venda no varejo possa parecer uma atividade relativamente estática, na realidade trata-se de um setor que tem tido taxas consideráveis de progresso tecnológico ao longo das últimas décadas. Por meio de um melhor controle de estoques, um melhor *marketing* e melhores técnicas de administração de pessoal, por exemplo, a Wal-Mart encontrou maneiras de trazer mercadorias para os consumidores a um custo mais baixo do que os varejistas tradicionais. Essas mudanças beneficiam os consumidores, que conseguem adquirir mercadorias a preços mais baixos, e os acionistas da Wal-Mart, que partilham de sua rentabilidade. No entanto, essas mudanças afetam de modo adverso as pequenas lojas do tipo familiar, que acham difícil competir quando uma Wal-Mart é aberta em alguma proximidade.

Concomitantemente, para os demais setores (indústria e serviços) a participação relativa na massa salarial por porte de empresa apresenta relação inversamente proporcional (gráfico 2 nos 3º e 4º quadrantes) entre grandes e média empresas, enquanto nas micro e pequenas empresas há tendência constante em torno da média. Esta relação, entre grandes e médias empresas, é resultado da saída de grandes empresas no período, sendo de uma grande



RELISE

empresa do setor industrial em 2005 e 2008 e de seis grandes empresas em 2005¹⁴, que culminou no crescimento da participação das médias empresas na geração de massa salarial.

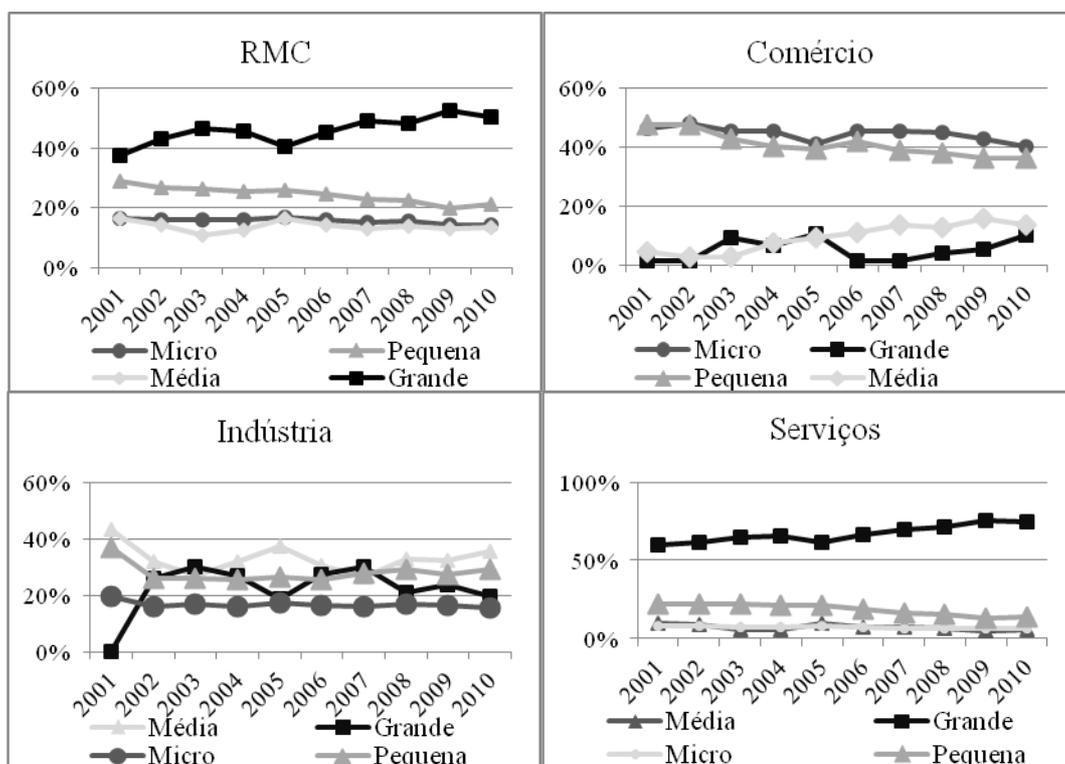


Gráfico 2 – Participação relativa (%) da massa salarial gerada na Região Metropolitana do Cariri, por porte de empresa e setor de atividade, entre 2001 a 2010.

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração: Própria.

Não obstante, no que concerne à geração de massa salarial por setor de atividade, as características são: destaque do setor de serviços, responsável por 58,58%, em média, do total da massa salarial gerada, como já mencionado, sendo que, do total gerado pelo setor 74,36% foram responsabilidade das MGE, que, inclusive, ganhou participação relativa de 9,85% no período em estudo, resultado de um crescimento maior que o das MPE, sendo de 43,60% a.a. para as primeiras e 21,51% a.a. para as últimas (Cálculos a partir da tabela 2).

¹⁴ Não se encontrou motivos para a ocorrência de tais eventos na literatura da região.
 Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, v. 3, n. 4, p. 90-117, jul-ago, 2018
 ISSN: 2448-2889



RELISE

110

Considerando apenas as MPE (de todos os setores), as de serviços foram as maiores geradoras de massa salarial entre 2001 e 2006, passando às comerciais entre 2007 e 2010. Apesar de todos os setores apresentarem um crescimento exponencial da massa salarial gerada ano a ano, o setor comercial obtém uma média superior aos demais setores, o que culminou nesta inversão, sendo de 36,31% a.a. para as MPE comerciais, 30,34% para as industriais e 21,51% para as de serviços.

O que se destaca é que o setor comercial (MPE) tem se consolidado na região como o setor de maior peso na economia da região, no que se refere à geração de emprego, crescimento do número de empresas, além da maior geração de massa salarial. Considerando que representa uma média de 56,39% do total de MPE, com crescimento na participação relativa de 3,64% no período (em 2001 compunha 53,57% passando para 57,21% em 2010), resultado de um crescimento de 8,74% a.a. (sendo de 6,45% a.a. no número de MPE de serviços e 5,70% a.a. nas industriais).

No demais, considerando apenas o setor comercial, as MPE representam uma média de 85,52% do total da massa salarial gerada pelo setor, muito embora tenha perdido participação relativa de 17,60% para as MGE, que alcançaram crescimento vertiginoso no período, média de 219,50% a.a., passando de um total de R\$ 103.930,72 em 2001 para R\$ 2.385.169,11 em 2010.

Para tanto, como será analisado no próximo item, o setor comercial tem o menor rendimento *per capita* da região, no que se refere aos setores em estudo. Sendo o setor de serviços o maior.

Destarte, pede-se atenção para dois aspectos: para a participação do setor comercial na região, que ano a ano tem crescido em termos de participação relativa na economia; e para a tendência à concorrência direta entre as grandes empresas e as de pequeno porte no setor, que é formado



RELISE

111

preponderantemente por micro empresas, e se mantida as previsões de Mankin (2008, p.176) sem as contribuições das políticas públicas as empresas do tipo familiar achariam difícil competir com as grandes empresas de capital multinacional de origem internacional.

Renda per capita por porte de empresa e setor de atividade na RMC (2001-2010)

Neste item pretende-se, resumidamente, aludir a alguns aspectos quanto à renda *per capita* na RMC. Primeiro, que no agregado, o porte da empresa é determinante para a renda *per capita*. Segundo, que a maior renda *per capita* ocorre no setor de serviços (seguido pela indústria e comércio). E terceiro, que a renda *per capita* cresceu em termos reais na região a uma média de 4,09% a.a. durante o período estudado, sendo que também cresceu a desigualdade de renda por porte de empresa.

Os dados evidenciam que a renda *per capita* nas MGE é em média superior ao das MPE 22,56%, inclusive com maior crescimento anual (sendo de 11,74% a.a. para as MGE e 8,85% a.a. para as MPE, ver tabela 3). Além disso, as grandes empresas apresentam uma superioridade às médias, pequenas e micro empresas, respectivamente, de 11,46%, 14,17% e 53,79% (média a partir de 2004, ano que as grandes empresas passam a ter a maior renda *per capita* por porte de empresa na região, quando de fato começam a se consolidar no mercado).

Não obstante, a renda per capita no setor de serviços apresenta superioridade em relação à auferida nos setores industrial e comercial de, respectivamente (para MPE), 30,39% e 49,28% e nas MGE de 16,29% e 31,79%. Isto seria resultado de um maior nível de escolaridade, como evidenciado por Araujo e Paiva (2012), que conforme Bedê (2006) “nesse setor, é forte a presença de empreendimentos constituídos por profissionais



RELISE

112

liberais das mais diversas categorias, por exemplo, advogados, contadores, arquitetos, engenheiros e outros.”

Tabela 3 – Renda *per capita*, por porte de empresa e setor de atividade, na Região Metropolitana do Cariri entre 2001 e 2010.

ANO		2001	2002	2003	2004	2005
MPE	Total	R\$ 323,38	R\$ 336,33	R\$ 380,07	R\$ 407,70	R\$ 441,51
	Indústria	R\$ 288,58	R\$ 313,13	R\$ 359,34	R\$ 384,02	R\$ 393,38
	Comércio	R\$ 258,22	R\$ 278,32	R\$ 318,56	R\$ 341,94	R\$ 383,83
	Serviços	R\$ 447,10	R\$ 432,56	R\$ 476,06	R\$ 517,90	R\$ 575,96
MGE	Total	R\$ 339,73	R\$ 392,65	R\$ 441,89	R\$ 478,58	R\$ 540,44
	Indústria	R\$ 386,90	R\$ 400,43	R\$ 419,82	R\$ 435,97	R\$ 501,40
	Comércio	R\$ 246,28	R\$ 269,37	R\$ 363,35	R\$ 441,17	R\$ 510,04
	Serviços	R\$ 333,35	R\$ 392,57	R\$ 455,38	R\$ 499,90	R\$ 559,26
MPE	Total	R\$ 497,67	R\$ 535,46	R\$ 573,15	R\$ 630,65	R\$ 691,54
	Indústria	R\$ 458,64	R\$ 489,14	R\$ 527,99	R\$ 580,01	R\$ 639,70
	Comércio	R\$ 432,20	R\$ 473,44	R\$ 505,27	R\$ 558,79	R\$ 627,23
	Serviços	R\$ 631,98	R\$ 679,38	R\$ 729,95	R\$ 802,08	R\$ 850,17
MGE	Total	R\$ 596,42	R\$ 669,45	R\$ 760,33	R\$ 865,03	R\$ 919,78
	Indústria	R\$ 555,73	R\$ 588,90	R\$ 628,44	R\$ 674,47	R\$ 727,06
	Comércio	R\$ 496,44	R\$ 506,84	R\$ 583,30	R\$ 659,54	R\$ 735,71
	Serviços	R\$ 618,82	R\$ 711,98	R\$ 822,20	R\$ 955,07	R\$ 1.012,82

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração Própria.

Por fim, a renda *per capita* na RMC cresceu, descontada a inflação, 36,77% entre 2001 e 2010, com destaque para o setor de serviços com crescimento de 46,62% (comércio 38,94% e indústria 19,34%). Por porte de empresa, a tendência verificada foi de crescimento das desigualdades de renda, destoando da tendência nacional, onde o crescimento da renda nas MPE foi superior as MGE (18% para a primeira e 9% para a segunda, entre 2000 e 2011), considerando que o crescimento real da renda *per capita* nas MGE foi de 46,78% e nas MPE de 20,77% (no período ocorreram dois decréscimos nas MPE, em 2002 de 8,52% e 2004 de 0,33%¹⁵).

Por setor de atividade esta tendência é de crescimento da desigualdade nos setores de serviços e comercial e diminuição na indústria.

¹⁵ Neste ano ocorreu a maior inflação do período, com IPCA de 12,53%.



RELISE

113

Considerando que nas MPE industriais, comerciais e serviços o crescimento médio anual foi, respectivamente, 2,78%, 3,86% e 0,95%, contra 0,78%, 6,84% e 6,66% nas MGE.

CONCLUSÕES

Destarte, as micro e pequenas empresas representam parcela importante da economia da RMC, ocupando papel primordial na geração de renda, o que realimenta o processo de crescimento econômico. Estas representam, em média, 40,21% do total da massa salarial gerada, com crescimento anual de 39,36% a.a. Sendo que, no agregado (considerando todos os portes de empresas), destaca-se o setor de serviços com 58,58% do total da massa salarial gerada e o comércio pelo maior crescimento anual (46,95% a.a.). E, considerando os expostos na pesquisa, observa-se que preponderam na região atividades intensivas em trabalho.

Ainda, destacam-se as grandes empresas na geração de massa salarial, com média de 45,92% do total, inclusive com maior crescimento (56,21% a.a.), obtendo crescimento na participação relativa de 12,88%.

Assim, há necessidade do fortalecimento das empresas locais através de políticas públicas, tendo em vista que o crescimento anual de 24,55% a.a. do PIB da RMC entre 2002 e 2010 resultou na atração de grandes empresas em busca de fluxos de renda, culminando no crescimento da concorrência entre os capitais locais e externos, no qual as pequenas empresas – sobretudo – necessitam de tratamento diferenciado para redução dos riscos de mortalidade (bem como para minimizar o escoamento da renda gerada na região).

Considerando que o setor comercial da RMC é formado preponderantemente por micro empresas e que, observa-se o crescimento do número de grandes empresas no setor, principalmente de grandes empresas



RELISE

114

multinacionais, há necessidade de maior atenção dos órgãos competentes para que a concorrência não culmine no fechamento em massa de pequenas empresas, nem mesmo para que haja um processo de subordinação, mas que se estimulem os vínculos entre os capitais locais, inclusive no fornecimento de matérias-primas, capitais, etc., fortalecendo os vínculos locais contra as oscilações do mercado externo.

Destaca-se, ainda, que a partir de 2007 as MPE comerciais passaram a ser as maiores geradoras de massa salarial, ultrapassando as de serviços, motivado não pelo maior crescimento da renda *per capita* – que é a menor dentre os setores em estudo – mas pelo maior crescimento do emprego. Não obstante, o setor comercial (MPE) tem se consolidado na RMC como o setor de maior peso na economia da região, no que se refere a geração de emprego, número de empresas, além da geração de massa salarial (salienta-se que quanto a geração de massa salarial preponderam as MPE no setor comercial e as MGE no setor de serviços, tendo o setor industrial pequena vantagem das MGE).

No demais, observa-se que o porte da empresa é determinante para a renda *per capita*, bem como por setor de atividade, com destaque para o setor de serviços. Concomitantemente que a diferença de renda tem aumentado por porte de empresa e decrescido por setor de atividade – exceção feita entre as MGE de serviços e industrial, que tem aumentado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. A. *Desenvolvimento local: Fundamentos para uma crítica Marxista*. 166 f. Tese (mestrado em serviço social): Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2010.

ARAUJO, Y. E. M. F.; PAIVA, M. J. G. *Análise da evolução dos pequenos empreendimentos dos setores industrial, comercial e serviços na região metropolitana do Cariri - CE*. In: XVIIª Reunião Anual de la Red Pymes



RELISE

115

Mercosur, 2012, São Paulo. Santa Fé: entrepreneurship, creación y desarrollo de empresas, 2012. v. 2. p. 7-40.

BACELAR, T. *Região Metropolitana do Cariri: perspectivas para gestão, planejamento e desenvolvimento*. Crato/CE: Universidade Regional do Cariri – URCA, 26 de set. de 2013. Palestra ministrada a professores, alunos, sociedade civis e governantes.

BAR-EL, R. *Desenvolvimento econômico regional para a redução da pobreza e desigualdade: O modelo do Ceará*. Secretaria do desenvolvimento local e regional (SDLR), Fortaleza, 2005.

BRASIL. *Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006*. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm>. Acesso em: Setembro de 2013.

Brasil. *Lei nº 12.792, de 28 de março de 2013*. Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, criando a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, cargo de Ministro de Estado e cargos em comissão, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12792.htm>. Acesso em: Setembro 2013.

BEDÊ, M. A. *Onde estão as Micro e Pequenas Empresas no Brasil*. 1ª ed. - São Paulo : SEBRAE (2006). Disponível em: <http://www.sebraesp.com.br/arquivos_site/biblioteca/EstudosPesquisas/mpes_numeros/onde_mpes_brasil.pdf>. Acesso em: Setembro de 2013.

COUTINHO, L. (2010). *O cenário econômico e as MPE*. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/download/apresentacoes/Coutinho_CenarioEconomicoeMPE_set10.pdf>. Acesso em: Setembro de 2013.



RELISE

116

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE (2011). *Anuário do trabalho na micro e pequena empresa: 2010-2011*. 4. ed. Brasília, DF. Disponível em:<

[http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/25BA39988A7410D78325795D003E8172/\\$File/NT00047276.pdf](http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/25BA39988A7410D78325795D003E8172/$File/NT00047276.pdf)> Acesso em: Set/2013.

GLOBAL ENTERPRENEUSHIP MONITOR – GEM. *Empreendedorismo no Brasil relatório executivo*. Disponível em <

http://www.sebrae.com.br/uf/pernambuco/downloads/estudos-e-pesquisas/copy3_of_seminario-web/pesquisa-gem-2012.pdf>. Acessado em: set. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA – IBRE. *Não será mais possível crescer sem melhorar a produtividade*. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, vol. 67, n. 8, p. 6-8. Agosto de 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (2013). *Censo 2010*. Disponível em:< <http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados>> Acesso em: set. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). *A Evolução do PIB dos Municípios Cearenses no Período 2002-2010*. nº 49, 2012. Disponível em:<http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ipece-informe/ipece_Informe_49_20_dezembro_2012.pdf>. Acesso em: Setembro de 2013.

LACERDA, M. *Teoria do desenvolvimento econômico*. Crato/CE. Universidade Regional do Cariri – URCA. 1º semestre de 2013. Aula ministrada para discentes do curso de ciências econômicas.

LEONEL, Z. *O pensamento de Marx e sua atualidade*. (199?). Disponível em:< <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10840>> Acesso em: Setembro de 2013.

MACHADO, G. PIRES, A. (2013). *Pequenas empresas ajudarão o País a crescer a 4%, diz Coutinho*. Disponível em:< <http://economia.ig.com.br/2013-08-19/pequenas-empresas-ajudarao-o-pais-a-crescer-a-4-diz-coutinho.html>> Acesso em: Setembro de 2013.

MANKIWI, N. G. *Macroeconomia*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.



RELISE

117

MOURA, R. [et al.]. *Hierarquização e identificação dos espaços urbanos*. Organizador Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009.

SANTANA, C. *Região Metropolitana do Cariri: perspectivas para gestão, planejamento e desenvolvimento*. Crato/CE: Universidade Regional do Cariri – URCA, 26 de set. de 2013. Palestra ministrada a professores, alunos, sociedade civis e governantes.

SCHUMPETER, J. A. *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE (2007). *Fatores condicionantes e taxas de sobrevivência e mortalidade das micro e pequenas empresas no Brasil 2003–2005*. Disponível em:<

[http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/8F5BDE79736CB99483257447006CBAD3/\\$File/NT00037936.pdf](http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/8F5BDE79736CB99483257447006CBAD3/$File/NT00037936.pdf)>. Acesso em: Setembro de 2013.

_____ (2008). *A Competitividade nos Setores de Comércio, de Serviços e do Turismo no Brasil: Perspectivas até 2015*. Disponível em:< <http://www.sebrae.com.br/setor/comercio-varejista/gestao-do-varejo/observatorio-do-varejo/Estudo%20Comercio%20e%20Servico%20CNC.pdf>> Acesso em: Setembro 2013.

_____ (2009). *Impactos da crise financeira internacional nas MPes brasileiras*. Disponível em: < [http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/FAFB3A6487EF4003832575E100629189/\\$File/NT00041A6E.pdf](http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/FAFB3A6487EF4003832575E100629189/$File/NT00041A6E.pdf) > Acesso em: Setembro de 2013.

_____ (2013). *Sobrevivência das empresas no Brasil*. Disponível em:< [http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/93772f4f62b0716c573d3a9ed5a6a3aa/\\$File/4456.pdf](http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/93772f4f62b0716c573d3a9ed5a6a3aa/$File/4456.pdf)>. Acesso em: Setembro 2013.